

O ESTADO BRASILEIRO E O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: UM OLHAR GLOTOPOLÍTICO SOBRE O ENSINO DE ESPANHOL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Jorge Rodrigues de Souza Júnior
IFSP

Realizaremos, neste trabalho, uma reflexão inicial sobre a presença do ensino do espanhol na rede federal de educação, ciência e tecnologia, mais conhecida como Rede Federal de Educação, tomando-a como um lugar de reflexão de uma glotopolítica do Estado brasileiro em relação ao ensino de línguas na educação básica.

Composta por mais de 600 campi espalhados por todo o país, tal rede se converte em um importante espaço de observação sobre uma glotopolítica do Estado nacional em relação às línguas estrangeiras, e em especial ao espanhol. Isso se deve ao fato de que a língua espanhola ocupa diferentes espaços nessa rede, sobretudo devido à diversidade de cursos nela oferecidos, sendo língua estrangeira obrigatória e optativa em cursos do Ensino Médio, língua para fins específicos em cursos de graduação e como língua de habilitação de cursos de licenciatura em Letras, como se observou em Souza Junior (2017 e 2019) em relação a um campus da rede.

Cabe discutir, também, a legitimidade dos saberes e dos valores relacionados à língua espanhola nessa rede federal, em contraposição ao status do inglês como língua de ciência. Esse trabalho é parte de uma pesquisa inicial realizada a partir de dados sobre a presença da língua espanhola na rede federal, tomados de uma amostragem na qual se considerou um campus de cada estado. Nosso referencial teórico é o da Análise do Discurso Materialista (PÊCHEUX, 2002 e 2014) e o da Glotopolítica (ARNOUX, 2000).

Essa discussão pelo viés da Glotopolítica se justifica pelo escopo teórico adotado por essa teoria. Conforme Marcellesi y Guespin (1986) *apud* ARNOUX (2000, p.4), a Glotopolítica permite discutir

las diversas formas en que una sociedad actúa sobre el lenguaje, sea o no consciente de ello: tanto sobre la lengua, cuando por ejemplo una sociedad legisla respecto de los estatutos recíprocos de la lengua oficial y las lenguas minoritarias; como sobre el habla, cuando reprime tal o cual uso en uno u otro; o sobre el discurso cuando la escuela decide convertir en objeto de evaluación la producción de un determinado tipo de texto (MARCELLESI & GUESPIN, 1986).

Nesse sentido, para discutir uma glotopolítica do Estado nacional em relação ao espanhol (a partir de Arnoux, 2000), caberia perguntar, primeiramente, quais línguas (e suas práticas discursivas) são legitimadas oficialmente por esse estado. Sobre isso cabe mencionar que alguns gestos do Estado nacional foram fundamentais para o exercício da docência em língua espanhola na rede federal (e em outras instituições de ensino): a promulgação da Lei federal 11.161/2005.

A Lei federal 11.161/2005 ficou conhecida como a Lei do espanhol, ao estipular a obrigatoriedade da oferta optativa da língua espanhola nas escolas de Ensino Médio. Até aquele momento era inédito que uma legislação apontasse que uma língua estrangeira devesse ser ofertada de forma obrigatória, mesmo que fosse facultativa ao aluno. Apesar de todos os problemas relacionados à sua implantação, tal lei impulsionou a criação de diversos cursos de licenciatura pelo país, inclusive na rede federal, formando centenas de professores de espanhol.

Entretanto, a promulgação da Lei 13.415/2017, a Lei do Ensino Médio, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alteraram esse panorama. A lei revogou a anterior Lei 11.161/2005 e estipula o inglês como única língua obrigatória e a oferta de uma língua optativa, “preferencialmente o espanhol”. Apesar de seus problemas de implantação, garantia a oferta optativa da língua espanhola nas escolas de Ensino Médio (EM). A BNCC é a consolidação da 13.415/2017, ao estipular o modo de trabalho das disciplinas do EM e os chamados itinerários formativos, que organizam a abordagem e a organização das disciplinas ofertadas, assim como as possibilidades de sua realização. Apesar de o texto da Lei do Ensino Médio fazer referência ao espanhol como língua estrangeira optativa preferencial, no texto da BNCC não há qualquer menção a essa língua.

Em um gesto glotopolítico desse Estado nacional, tal legislação materializa monolingüismo do inglês na área de ensino de línguas estrangeiras, o que estabelece uma metonímia entre língua estrangeira e língua inglesa na educação regular, o que relega o espanhol (e as demais línguas estrangeiras) a um lugar secundário.

Tal gesto cria condições para o estabelecimento do inglês como língua estrangeira hegemônica, ao limitar a oferta e o espaço das demais línguas estrangeiras no espaço educacional, em um alinhamento político praticado institucionalmente pelo Estado nacional e altamente vinculado ao neoliberalismo econômico, iniciado na esfera governamental desde 2016.

Diante desse panorama, também cabe discutir, pelo viés da Glotopolítica, as diversas formas de trabalho e de atuação sobre a língua espanhola nessa rede, mediadas não apenas por políticas linguísticas estabelecidas pela legislação, como já dissemos, mas também por ações administrativas desse Estado nacional, fortemente atuantes sobre as condições de trabalho dos docentes e sobre a oferta da língua espanhola nessa rede.

Para tal, cremos que um caminho seria ver a presença dessa língua na rede federal de ensino como uma mostra da implementação de uma política linguística do Estado nacional (apesar da autonomia das autarquias em relação ao governo executivo) e o quanto que as ações políticas desse estado interferem nas línguas presentes nessa rede. Nesse sentido, observar não somente os atos explícitos (como a legislação específica, os tratados comerciais e os acordos de cooperação desse Estado com os Estados estrangeiros), mas também atos secundários, como incentivos e as diretrizes para publicação de instrumentos linguísticos, as ações de intercâmbio educacional e de formação acadêmica no exterior para professores da rede, dentre outros.

A rede federal de educação e as línguas estrangeiras

Presente em todos os estados brasileiros, com instituições espalhadas pelo interior do país, a rede federal de educação é composta por mais de 600 campi espalhados pelo território nacional, oferecendo cursos de qualificação profissional, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação (lato e strictu sensu). A maior parte dela é composta pelos trinta e oito institutos federais; além deles, fazem parte da rede dois Cefets¹, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. Tal capilaridade e importância a converte, ao nosso ver, em um importante espaço de observação sobre uma glotopolítica do Estado nacional em relação às línguas estrangeiras e em especial ao espanhol.

Cabe ressaltar que a língua espanhola ocupa diferentes espaços nessa rede, sobretudo devido à diversidade de cursos nela oferecidos: língua estrangeira obrigatória e optativa em cursos do Ensino Médio, língua para fins específicos em cursos de graduação e como língua de habilitação de cursos de licenciatura em Letras, como se observou em Souza Junior (2017 e 2019) em relação a um campus da rede.

¹ Antes da lei de criação dos Institutos Federais (IF's), em 2008, cada estado possuía um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). No momento da criação dos IF's alguns estados não aderiram e mantiveram seus CEFET's (como Rio de Janeiro e Minas Gerais). Um pouco antes de 2008 o CEFET-PR tornou-se Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Entretanto, isso não impediu a criação de IF's nesses estados.

Nosso propósito inicial era fazer um levantamento sobre a presença da língua espanhola em uma rede tão diversa, visando diagnosticar as diferentes formas de trabalho e de presença dessa língua a partir de um registro de dados de todos os estados da federação e, a partir dele, estabelecer uma reflexão que embasasse a nossa hipótese de que uma glotopolítica do Estado nacional sobre as línguas estrangeiras na escola teria que partir de uma análise sobre a oferta dessas línguas na rede federal, dada a sua capilaridade por todo o território brasileiro.

Entretanto, enfrentamos alguns impedimentos, como: ausência de dados oficiais sobre os campi da rede federal no site oficial do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); ausência de informações sobre novos campi (o último ano de atualização foi 2018); a impossibilidade de ter acesso ao PPC ou à grade curricular de cursos de algumas instituições; e dados inconsistentes: cursos com informações completas e outros com informações ausentes sobre o currículo oferecido, o que nos impediu ver a presença da língua espanhola nessa rede

Assim, recorreremos à obra organizada por SILVA JUNIOR (2017), uma coletânea de trabalhos de professores de espanhol da rede federal de todos os estados brasileiros. A partir dessa obra tivemos os seguintes dados: no total de quarenta trabalhos presentes, doze eram do sudeste, cinco do centro-oeste, sete do norte, cinco da região sul e onze da região norte. Porém, apenas utilizar os artigos dessa obra não nos permitiria ter um diagnóstico sobre o espanhol na rede federal e decidimos por reduzir o escopo e adotar outra metodologia.

Dessa forma, escolhemos aleatoriamente um campus de cada uma das cinco regiões brasileiras e nos propusemos a analisar a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) e/ou a matriz curricular dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, para registrar as diversas formas e práticas de ensino de espanhol nesse nível de ensino e estabelecer uma reflexão sobre a presença da língua espanhola na rede federal.

A amostragem aleatória com um campus de cada região nos permitiu analisar cursos dos seguintes campus:

- IFAM campus Manaus Leste – região norte;
- IFG campus Goiânia – região centro-oeste;
- IFMG campus Betim – região sudeste;
- IFPE campus Recife – região nordeste;
- IFRS campus Restinga – região sul.

A seguir apresentamos os dados registrados de cada um deles.

Dados dos PPC's dos campi escolhidos: diversidade de práticas

Da região norte, o escolhido foi o Campus Manaus Leste do IFAM: os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio oferecidos pela instituição são o de Agroecologia (sem PPC ou matriz curricular), o de Administração, o de Agropecuária e o de Paisagismo. O de Agroecologia não possuía o PPC e a matriz curricular disponível para consulta; os demais cursos, o de Administração, o de Agropecuária e o de Paisagismo oferecem o espanhol na parte diversificada do currículo, apenas no último ano do curso.

Da região centro-oeste, foi escolhido o Campus Goiânia do IFG. Em todos os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio oferecidos pelo campus (Controle Ambiental, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Instrumento Musical, Mineração e Telecomunicações) oferecem a língua espanhola no núcleo comum do currículo, no último ano.

Da região sudeste, escolhemos o Campus Betim do IFMG. Nesta instituição a língua espanhola está presente de diversas formas nos currículos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio: no de Automação a língua espanhola está presente no núcleo comum por um ano; no de Mecânica, na parte diversificada do currículo, por um ano; no de Química não há oferta da língua espanhola.

Da região nordeste, o campus Recife do IFPE foi o escolhido para a análise. Em todos os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio oferecidos pela instituição (Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Química, Saneamento e Segurança do Trabalho), a língua espanhola é oferecida na parte diversificada do currículo durante três semestres.

Da região sul, o escolhido foi o Campus Restinga do IFRS. Nesse campus, conforme os dados disponíveis, nos cursos técnicos de Eletrônica e de Informática integrados ao Ensino Médio oferecidos pela instituição o espanhol está presente no núcleo comum, durante um ano; e o curso de Lazer essa língua está presente no núcleo comum do currículo durante três anos.

A partir desses dados e observada a diversidade de formas e de práticas de oferta da língua espanhola em uma amostragem tão pequena e aleatória de cursos e campi da rede federal de educação, especificamente nos Institutos Federais, nos propusemos, no item seguinte, a discutir essa presença à luz da Glotopolítica, na expectativa de apontar alguns gestos glotopolíticos do Estado nacional sobre o ensino e a oferta de línguas estrangeiras

nessa rede, em especial a da língua espanhola, relacionando-as a uma glotopolítica do Estado nacional sobre elas.

Elementos glotopolíticos do Estado Brasileiro em relação ao espanhol na Rede federal – algumas considerações

Como mencionamos anteriormente, a promulgação da nova Lei do Ensino Médio, com a consequente revogação da Lei federal 11.161/2005 e a publicação da BNCC, produziram um novo ordenamento jurídico sobre uma glotopolítica do Estado Nacional em relação às línguas estrangeiras, o que gera, para nós, um acontecimento discursivo (Pêcheux, 2002), aquilo que produz uma nova série de ressignificação em algo estabilizado discursivamente, ou, como nesse caso, sobre um arquivo discursivo constituído historicamente – o arquivo sobre o ensino de línguas estrangeiras em nosso país.

O estabelecimento de uma única língua estrangeira a ser ensinada obrigatoriamente cria novas séries de sentido sobre o ensino de línguas estrangeiras em nosso país; reforça o monolinguismo do inglês e o lugar metonímico dessa língua como língua estrangeira; produz o silenciamento de outras línguas e a necessidade de seu ensino, além de silenciar outras práticas e políticas sobre o ensino de línguas estrangeiras adotadas ao longo da história em nosso país.

A materialização mais patente dessa nova série de sentidos, em se tratando da língua espanhola, é sua ausência dentre as disciplinas previstas na BNCC. Tal ausência gerou a retirada da língua espanhola do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), edição 2021 do Ensino Médio e, conseqüentemente, a produção de instrumentos linguísticos e de documentos por parte do Estado sobre o ensino de espanhol deixa de existir, dado que a principal demanda, a sua presença no EM, já não havia. Assim produz-se discursivamente um silenciamento de uma presença que já havia sido instalada.

Em se tratando da rede federal, em comparação com o inglês, há a ausência de incentivo a programas de formação continuada para professores de espanhol em universidades do exterior, o que era comum para professores de inglês da rede antes da quarentena de COVID-19. Entretanto, desde 2019, houve um recente convênio com a Embaixada da Espanha e ações de formação continuada à distância específicas para professores de espanhol da rede federal passaram a acontecer.

Sobre os sentidos relacionados ao ensino de espanhol, tal gesto glotopolítico deu legitimidade aos discursos sobre a língua espanhola em nosso país que antes haviam sido

silenciados, principalmente aqueles vinculados à necessidade de se aprender o espanhol como língua estrangeira, muito em voga durante os anos 90². Administrativamente, tais discursos embasam gestores e administradores dos campi da rede federal a reduzir a oferta da língua espanhola para os alunos do Ensino Médio e a retirar disciplinas dessa língua para fins específicos dos cursos superiores³, com discursos que deslegitimam saberes e valores relacionados à língua espanhola, em contraposição ao status do inglês como língua de ciência na rede federal. Cabe dizer, entretanto, que há movimentos semelhantes sobre a presença das línguas em geral e o seu ensino nessa rede, relacionando-as a um lugar de instrumentalização para disciplinas técnicas, porém em menor grau com o que tem acontecido com a língua espanhola.

Em relação aos dados gerados pelo corpus que recortamos, há questões que merecem especial atenção nesse contexto. Entre eles, consideramos como um problema a ausência de uma padronização da oferta da língua espanhola em uma rede tão diversa e capilarizada. Como podemos ver, há cursos de Ensino Médio que oferecem o espanhol de forma optativa, outros de forma obrigatória, outros em todos os períodos, uns em poucos períodos, com carga horária diversa e currículo diversificado.

Tais dados também apontam para qual lugar a língua espanhola – e consequentemente, as línguas estrangeiras, possuem nos currículos desses cursos e sua relação com as demais áreas e disciplinas, principalmente as técnicas: uma forte veiculação do caráter instrumental para as línguas, ao considerá-las apenas para leitura de manuais ou para a redação técnica, sendo oferecida de forma reduzida em grande parte dos currículos. Os dados também apontam para a ausência de incentivos para promoção do espanhol como língua de formação cultural e linguística, pois sua atual presença nesse cenário tampouco aponta para tal consideração ou para uma mudança de perfil.

Diante de tal panorama, podemos considerar a presença de diversas ações glotopolíticas (de diferentes agentes) para possíveis mudanças nesse cenário – ou pelo menos de resistência ao processo de extracurricularização dessa língua na rede federal. Um dos agentes mais atuantes a favor do ensino de espanhol nas escolas tem sido as diversas associações de professores de espanhol atuantes nos estados, com ações de formação continuada de professores, realização de eventos acadêmicos, publicações e participação em

² Para uma análise mais detalhada sobre uma memória discursiva do ensino de espanhol, ver CELADA (2002).

³ Em SOUZA JUNIOR (2017 e 2019) analisamos tais deslizamentos em um contexto particular, mas que é exemplo do que tem acontecido em vários campi da rede federal.

coletivos sociais, ademais da promoção de leis junto aos legislativos municipal e estadual que incentivam o ensino de espanhol. Apesar de sua esfera de atuação ser a favor da presença da língua espanhola no currículo dos sistemas estaduais e municipais de ensino, tal atuação política reverbera também na rede federal, principalmente pelos pais e alunos que fazem comparações e cobranças para uma isonomia dentre os diferentes sistemas de ensino.

A universidade e sua articulação com diferentes setores da sociedade tem sido também um dos mais atuantes agentes na defesa do plurilinguismo, com a promoção de ações de formação continuada de professores e a realização de mesas-redondas, plenárias e congressos sobre a presença da língua espanhola na escola.

Como alguns pesquisadores têm apontado, um movimento novo surgiu nos últimos anos, denominado por PARAQUETT (2020) como a quarta onda do hispanismo brasileiro: os movimentos de professores denominados de #FicaEspanhol nacional e de #FicaEspanhol+sigla de vários estados. Tais movimentos reivindicam leis estaduais e uma lei federal sobre a obrigatoriedade do ensino de espanhol no Ensino Médio, produzindo ações políticas e discursos nas redes sociais que têm mobilizado diversos sentidos sobre a língua espanhola na escola e sua importância.

Nessa linha de mobilização, professores de espanhol da rede federal de ensino têm organizado e participado de diversos simpósios temáticos e mesas coordenadas em importantes congressos de nossa área, como o Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol e o Congresso Brasileiro de Hispanistas. Tal defesa tem repercutido glotopoliticamente e se constitui como resistência à diminuição da presença dessa língua nos currículos dos diversos cursos da rede. Caberia verificar, ao longo dos anos, se tal resistência terá efetividade nesse propósito.

Referências bibliográficas

ARNOUX, Elvira. **La Glotopolítica**: transformaciones de un campo disciplinario. Lenguajes: teorías y prácticas. Buenos Aires, n.1, p. 3-27, 2000.

CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro**: uma língua singularmente estrangeira. 2002. 277 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002. Disponível em: http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Tese_MaiteCelada.pdf.

PARAQUETT, M. As quatro ondas do hispanismo no Brasil. **Revista abehache**, [S. l.], n. 17, 2020. Disponível em:

<https://revistaabehache.com/ojs/index.php/abehache/article/view/347>.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3a ed. Campinas (SP): Pontes; 2002.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: UNICAMP, 2014.

SILVA JUNIOR, A. F. (org.). **Ensino de Espanhol nos Institutos Federais**: cenário nacional e experiências didáticas. Campinas: Pontes, 2017.

SOUZA JUNIOR, J. R. O ensino de Espanhol como Língua Estrangeira no IFSP campus São Paulo: reflexões sobre o ensino de línguas estrangeiras em cursos técnicos e superiores. In.: SILVA JUNIOR, A. F. (org.). **Ensino de Espanhol nos Institutos Federais**: cenário nacional e experiências didáticas. Campinas: Pontes, 2017.

_____. O ensino de espanhol na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e a nova lei do ensino médio: qual o lugar dessa língua nas escolas ?. **Revista abehache**, [S. l.], n. 16, p. 75-91, 2019. Disponível em: <https://revistaabehache.com/ojs/index.php/abehache/article/view/294>.